

Este documento é um extrato do Relatório de Gestão de 2021.

7. Demonstrações Financeiras

7.1. Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		2021	2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	236.622,35	292.776,39
Propriedades de Investimento		0,00	0,00
Ativos intangíveis	3	108.760,15	96.639,57
Ativos biológicos		0,00	0,00
Participações financeiras		0,00	0,00
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos por impostos diferidos		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
		345.382,50	389.415,96
Ativo Corrente			
Inventários		0,00	0,00
Ativos biológicos		0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23	402,01	402,01
Devedores por empréstimos bonificados e subsídios reembolsáveis		0,00	0,00
Clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00
Estado e Outros Entes Públicos		0,00	42,79
Acionistas/sócios/associados		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
Diferimentos	23	87.173,50	80.062,27
Ativos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros ativos financeiros		0,00	0,00
Ativos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Caixa e depósitos	1	5.009.178,69	4.052.385,65
		5.096.754,20	4.132.892,72
Total do ativo		5.442.136,70	4.522.308,68

Patrimônio Líquido				
Patrimônio/Capital	23	342.543,74	342.543,74	
Ações (quotas) próprias		0,00	0,00	
Outros instrumentos de capital próprio		0,00	0,00	
Prêmios de emissão		0,00	0,00	
Reservas		0,00	0,00	
Resultados transitados	23	-906.815,05	-922.887,72	
Ajustamentos em ativos financeiros		0,00	0,00	
Excedentes de revalorização		0,00	0,00	
Outras variações no patrimônio líquido	23	345.382,50	389.415,96	
Resultado líquido do período	23	62.411,58	16.072,67	
Dividendos antecipados		0,00	0,00	
Interesses que não controlam		0,00	0,00	
		-156.477,23	-174.855,35	
Passivo				
Passivo não corrente				
Provisões	15	53.880,91	103.780,90	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00	
Fornecedores		0,00	0,00	
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00	
Diferimentos		0,00	0,00	
Passivos por impostos diferidos		0,00	0,00	
Outras contas a pagar		0,00	0,00	
		53.880,91	103.780,90	
Passivo corrente				
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	23	3.098.923,47	2.108.984,12	
Fornecedores	23	16.952,55	48,44	
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00	0,00	
Estado e Outros Entes Públicos	23	29.711,44	33.645,60	
Accionistas/sócios/associados		0,00	0,00	
Financiamentos obtidos		0,00	0,00	
Fornecedores de investimentos		0,00	0,00	
Outras contas a pagar	23	491.277,77	509.690,87	
Diferimentos	23	1.907.867,79	1.941.014,10	
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00	
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	
		5.544.733,02	4.593.383,13	
		5.598.613,93	4.697.164,03	
Total do Passivo				
Total do Patrimônio Líquido e Passivo		5.442.136,70	4.522.308,68	

7.2. Demonstração de Resultados por Natureza

Rendimentos e gastos	Notas	Períodos	
		2021	2020
Impostos, contribuições e taxas		0,00	0,00
Vendas		0,00	0,00
Prestações de serviços e concessões		0,00	0,00
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 E 23	5.257.445,95	5.623.034,56
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos		0,00	0,00
Variações nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	23	(805.784,86)	(1.344.687,13)
Gastos com pessoal	19	(3.728.542,46)	(3.508.124,04)
Transferências e subsídios concedidos	23	(62.1523,86)	(694.069,54)
Prestações sociais		0,00	0,00
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)	15	49.899,99	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	23	150.157,66	158.160,54
Outros gastos	23	(94.516,50)	(112.302,34)
Resultados antes das depreciações e gastos de financiamento		207.135,92	122.012,05
Gastos/reversões de depreciação e amortização		(144.724,34)	(105.939,38)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		62.411,58	16.072,67
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		62.411,58	16.072,67
Imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Resultado líquido do período		62.411,58	16.072,67

7.3. Demonstração das Alterações no Patrimônio Líquido

Descrição	Notas	Patrimônio líquido atribuído aos detentores do patrimônio líquido da entidade-mãe											Interesses que não controlam	Total do patrimônio líquido
		Capital / Patrimônio subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros Instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no patrimônio líquido	Resultado líquido do período	Total		
Posição no início do período	(1)	342.543,74	-	-	-	-	(922.887,72)	-	-	389.415,96	16.072,67	(174.855,35)	-	(174.855,35)
Alterações no período	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustamentos de transição de referencial contábilístico		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alterações de políticas contábilísticas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Correção de erros materiais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Realização de excedentes de revalorização		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Excedentes de revalorização e respectivas variações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências e subsídios de capital		-	-	-	-	-	-	-	-	(44.033,46)	-	(44.033,46)	-	(44.033,46)
Outras alterações reconhecidas no Patrimônio Líquido		-	-	-	-	-	16.072,67	-	-	-	(16.072,67)	-	-	-
Resultado líquido do período	(3)	-	-	-	-	-	16.072,67	-	-	(44.033,46)	(16.072,67)	(44.033,46)	-	(44.033,46)
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62.411,58	62.411,58	-	62.411,58
Resultado Integral	(4)=(2)+(3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	46.338,91	18.378,12	-	18.378,12
Operações com detentores de capital no período	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de capital/patrimônio		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subscrições de prêmios de emissão		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Entradas para coberturas de perdas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras operações		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Posição no fim do período	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	342.543,74	-	-	-	-	(906.815,05)	-	-	345.382,50	62.411,58	(156.477,23)	-	(156.477,23)

7.4. Demonstrações de Fluxos de Caixa

Rubricas	Notas	Períodos	
		N	N-1
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		-	-
Recebimentos de contribuintes		-	-
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		8.423.851,98	8.996.738,20
Recebimentos de utentes		-	-
Pagamentos a fornecedores		(853.319,81)	(1.357.293,45)
Pagamentos ao pessoal		(3.740.105,11)	(3.480.290,86)
Pagamentos a contribuintes / utentes		-	-
Pagamentos de transferências e subsídios		(52.1047,00)	(667.828,40)
Pagamentos de prestações sociais		-	-
Caixa Gerada pelas Operações		3.309.380,06	3.491.325,49
Pagamento / recebimento do Imposto sobre o rendimento		-	(1.662.630,26)
Outros Recebimentos/Pagamentos		(2.150.178,14)	-
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (a)		1.159.201,92	1828.695,23
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos Respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(59.116,88)	(105.538,75)
Ativos Intangíveis		(4.1574,00)	(97.775,02)
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Recebimentos Provenientes de:			
Ativos Fixos Tangíveis		-	-
Ativos Intangíveis		-	-
Propriedades de Investimento		-	-
Investimentos Financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao Investimento		-	250.063,02
Transferências de Capital		-	-
Juros e Rendimentos Similares		-	-
Dividendos		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (b)		(100.690,88)	46.749,25
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos Provenientes de:			
Financiamentos Obtidos		-	-
Realizações de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		-	-
Cobertura de Prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras Operações de financiamento		-	-
Pagamentos Respeitantes a:			
Financiamentos Obtidos		(101.78,00)	-
Juros e Gastos Similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de Capital e de Outros Instrumentos de Capital		-	-
Outras Operações de Financiamento		-	-
Fluxos da Caixa das Atividades de Financiamento (c)		(101.78,00)	-
Variação de Caixa e Seus Equivalentes (a+b+c)		956.793,04	1875.444,48
Efeito das Diferenças de Câmbio		-	-
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período		4.052.385,65	2.176.941,17
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período		5.009.178,69	4.052.385,65
Conciliação Entre a Caixa e Seus Equivalentes e Saldo de Gerência			
Caixa e Seus Equivalentes no Início do Período			
- Equivalentes a Caixa no Início do Período		-	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações Cambiais de Caixa no Início do Período		-	-
= Saldo de Gerência Anterior		4.052.385,65	2.176.941,17
De Execução Orçamental		4.049.998,22	2.153.103,72
De Operações de Tesouraria		2.387,43	23.837,45
Caixa e Seus Equivalentes no Fim do Período			
- Equivalentes a Caixa no Fim do Período		-	-
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa		-	-
- Variações Cambiais de Caixa no Fim do Período		-	-
= Saldo para a Gerência Seguinte		5.009.178,69	4.052.385,65
De Execução Orçamental		5.006.791,26	4.049.998,22
De Operações de Tesouraria		2.387,43	2.387,43

8. Anexo às Demonstrações Financeiras

8.1. Nota 1 – Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras

Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

8.1.1. Identificação da entidade, período de relato

Designação da entidade: Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P. (ANQEP, I.P.)

NIPC: 510 265 006

Endereço: Av. 24 de Julho, n.º 138, 1399-026 Lisboa

Código da classificação orgânica: 13.1.02.10.00

Tutela: Superintendência e tutela conjunta dos Ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, em coordenação com o Ministério da Economia e Transição Digital

Legislação que criou a instituição e principal legislação aplicável: A ANQEP, I.P. é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, com autonomia administrativa, financeira e pedagógica.

- Decreto-Lei n.º 36/2012, de 15 de fevereiro - Estabelece a Orgânica da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P. (ANQEP);

- Portaria n.º 168/2019, de 30 de maio - Aprova os Estatutos da Agência Nacional para a Qualificação e Ensino Profissional, I.P.;

- Despacho n.º 5964/2019, de 28 de junho - Cria as unidades orgânicas flexíveis indispensáveis ao adequado funcionamento da ANQEP, I. P., bem como estabelece as competências das mesmas.

A ANQEP, I.P., é dirigida por um Conselho Diretivo, constituído por um presidente e, à data da Prestação de Contas, por um vogal. É também órgão da Agência o Fiscal Único e o Conselho Geral.

8.1.2. Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico e derivações de disposições do SNC-AP

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas segundo as normas do Sistema de Normalização Contabilístico para as Administrações Públicas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro), aplicado pela primeira vez ao exercício de 2020.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2021 não existiram casos excecionais que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das Demonstrações Financeiras e consequentemente implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP.

As notas explicativas respeitam a numeração sequencial do SNC-AP, sendo que as que não são referidas neste anexo, não são aplicáveis ou relevantes para a leitura das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

As presentes demonstrações financeiras são comparáveis às de 2020.

c) Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

À data de 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos de caixa e depósitos bancários desagregavam-se da seguinte forma:

TABELA 1 - DISPONIBILIDADES

Conta PCM	Descrição	31.12.2021	31.12.2020	Variação	
				Valor	%
11	Caixa		-		
118	Fundo Fixo		-		
12	Depósitos à ordem	5 009 178,69	4 052 385,65		
121	Depósitos à ordem do Tesouro	5 009 178,69	4 052 385,65		
12101	IGCP OE-4676	184 384,67	6 995,42	177 389,25	2536%
12102	IGCP-4677	2 584 006,09	2 103 722,63	480 283,46	23%
12103	IGCP-4678	2 240 787,93	1 941 667,60	299 120,33	15%
	Total de Caixa e Depósitos	5 009 178,69	4 052 385,65	956 793,04	24%

Os montantes referidos na tabela acima encontram-se depositados em três contas 4676 (Transferência OE), 4677 (Transferência Seg. Social) e 4678 (Transferência União Europeia), cumprindo o princípio da unidade de tesouraria (artigo 141º da Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro).

Neles estão incluídos saldos não disponíveis para uso.

TABELA 2.1 –SALDOS DE GERÊNCIA NÃO DISPONÍVEIS PARA USO

Credores por devolução de transferências	31/12/2021
<i>Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social</i>	<i>2 582 881,25</i>
<i>IGCP</i>	<i>183 425,40</i>
Total	2 766 306,65

8.2. Nota 2 – Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros

8.2.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- **Apresentação apropriada e conformidade com as NCP**

As demonstrações financeiras foram preparadas de forma a proporcionar uma imagem verdadeira e apropriada da sua posição financeira, a sua performance financeira e os fluxos de caixa da Agência, reproduzindo de forma fiel e fidedignamente os efeitos das transações, de outros acontecimentos e condições, no que respeita ao reconhecimento dos ativos, passivos, rendimentos e gastos, previsto no SNC-AP.

- **Informação Comparativa**

As quantias relatadas nas demonstrações financeiras, possibilitam uma análise comparativa com respeito ao período anterior, tendo as políticas contabilísticas sido adotadas de forma consistente ao longo do tempo.

- **Consistência da Apresentação**

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras são consistentes ao longo dos períodos.

- **Acréscimo (ou da periodização económica)**

Os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que se referem, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre a contabilização e os montantes efetivamente pagos ou recebidos são registadas nas rubricas de outras contas a pagar e a receber e nas rubricas de diferimentos.

- **Materialidade e Agregação**

A materialidade é determinada por referência à natureza ou dimensão da omissão ou do erro do item. Todas as linhas de itens que não são materialmente relevantes são agregadas a outros itens quer nas demonstrações financeiras, quer nas notas às demonstrações financeiras. A Agência não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- **Compensação**

Face ao estabelecido, os ativos e os passivos e os rendimentos e os gastos são relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e demonstração dos resultados, não sendo sujeitos a compensações, exceto se for exigido ou permitido por uma Norma de Contabilidade Pública.

- **Continuidade**

-

Com base na informação disponível e expectativas futuras, as demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, não se antevendo alterações de funcionamento da Agência, assumindo que não há intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente a sua atividade ou o seu nível de operações.

O surto pandémico COVID-19, que se alastrou em Portugal, continuará a ter efeitos sobre o normal funcionamento da Agência, mantendo-se o regime de teletrabalho ou em espelho sempre que necessário.

8.2.2. OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a) Ativos fixos tangíveis e intangíveis (nota 5 e 3, respetivamente)

Os **ativos fixos tangíveis e intangíveis** adquiridos são contabilizados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e eventuais perdas de imparidades acumuladas.

Os custos de aquisição ou produção englobam, para além do custo de compra, quaisquer custos diretamente relacionados às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e nas condições necessárias para operarem da forma pretendida.

Estes ativos apenas são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

Os ganhos e perdas resultantes da venda ou abate de **ativos fixos tangíveis** (mais e menos valias) são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do ativo, sendo registados na demonstração dos resultados no item “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”, consoante se trate de mais ou menos valias, respetivamente.

A quantia amortizável de um ativo fixo tangível e intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações foram calculadas pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil máximo, dado através das taxas máximas aplicáveis, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro. A partir de 1 de janeiro de 2020, a ANQEP, I.P. passou a utilizar o Classificador Complementar 2 (CC2) - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos, tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, substituindo o CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado, aplicado até 31.12.2019.

As despesas de conservação e reparação de um ativo fixo tangível são reconhecidas como gastos do período. As perdas de imparidade, caso existam, são reconhecidas em resultados do período, sendo eventuais alterações a estas estimativas reconhecidas prospectivamente na demonstração de resultados.

Na transição para o SNC-AP foram mantidas as vidas úteis dos ativos intangíveis adquiridos até 31/12/2019.

b) Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal dado que não vencem juros.

c) Locações (nota 6)

As locações são classificadas como financeiras ou operacionais, caso exista ou não uma transferência substancial dos riscos e benefícios associados à propriedade de um ativo para o locatário.

Os pagamentos no âmbito de uma locação operacional são contabilizados como gastos do período na demonstração dos resultados, numa base linear durante o prazo contratual da locação.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Na rubrica caixa e equivalentes de caixa incluem-se os valores depositados no IGCP - Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública, E.P.E. e os valores em caixa a 31 de dezembro de 2021, rapidamente mobilizáveis e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Rendimentos de transações sem contraprestação (nota 14)

Numa transação sem contraprestação, uma entidade recebe ou dá valor a outra entidade sem que diretamente dê ou receba valor aproximadamente igual, respetivamente.

A Entidade mensura o ativo de uma transação sem contraprestação como rendimento ao justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

Os subsídios ao investimento para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que têm condições, são registados inicialmente, a título de rendimentos a reconhecer e apenas após cumprimento das condições, designadamente com a despesa paga, no caso dos fundos do Orçamento de Estado e da Segurança Social, são colocados em património líquido. Subsequentemente, são reconhecidos anualmente na demonstração de resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos assim financiados.

As transferências recebidas no âmbito dos projetos cofinanciados por fundos europeus, quando não são subsídios ao investimento, são registadas como rendimentos a reconhecer (classe 2), sendo posteriormente reconhecidas na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

f) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (nota 15)

As provisões são registadas quando, cumulativamente, exista uma obrigação presente (legal ou implícita) resultado de um acontecimento passado; seja provável que ocorra uma saída de recursos para a liquidação dessa obrigação; e seja possível estimar, com alguma fiabilidade, o valor dessa obrigação.

As provisões são ajustadas anualmente, na data de cada Balanço, de acordo com as melhores estimativas nessa data, sendo estes ajustamentos reconhecidos como um gasto financeiro.

Os passivos e ativos contingentes apenas são divulgados quando seja provável que exista um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos ou um influxo de benefícios económicos, respetivamente, sendo reconhecidos nas demonstrações financeiras do período em que tais alterações ocorram.

A Agência reconheceu no período provisões para suportar os possíveis encargos a suportar com processos judiciais em curso. Não existem ativos ou passivos contingentes.

g) Instrumentos Financeiros (nota 18)

O ativo financeiro pode significar dinheiro, instrumento de capital próprio de outra entidade, direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro de outra entidade ou de trocar

ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade. São mensurados ao custo ou custo amortizado, sendo apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

O passivo financeiro consiste numa obrigação contratual, na qual se entrega dinheiro ou outro ativo financeiro a uma entidade, ou se trocam ativos ou passivos financeiros com outra entidade, sendo objeto de registo no passivo ao custo ou custo amortizado, deduzido dos custos de transação diretamente relacionados com a emissão desses passivos.

h) Benefícios dos empregados (nota 19)

Os benefícios de curto prazo dos empregados, os quais incluem salários, contribuições para a segurança social, subsídios de férias e Natal, gratificações relacionadas com o desempenho e outros prémios, são reconhecidos como gastos no período contabilístico em que o serviço foi prestado, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento.

Embora o pagamento ocorra apenas no ano seguinte, o direito a férias e o subsídio de férias vence-se a 31 de dezembro de cada ano, pelo que estes são reconhecidos como benefícios de curto prazo, no período em que o serviço foi prestado.

i) Reconhecimento de gastos e rendimentos

De acordo com o regime de acréscimo, os gastos e rendimentos são contabilizados no período a que se referem, independentemente do momento em que ocorre o seu pagamento ou recebimento. As diferenças que se venham a verificar, entre os montantes pagos e recebidos e as respetivas despesas e receitas, consoante sejam valores a pagar ou receber, são registadas como Outros Passivos ou Ativos.

As transferências correntes obtidas são reconhecidas como ganhos no exercício em que ocorra o seu recebimento.

As transferências de capital do Orçamento de Estado ou outras entidades são registadas na rubrica “593 – Transferências e subsídios de capital”, sendo reconhecidas nas demonstrações de resultados proporcionalmente às depreciações subsidiadas. Este procedimento tem em vista o reconhecimento do benefício resultante do uso desses bens nos exercícios em que, fruto do registo das respetivas depreciações, foi reconhecido o seu gasto.

8.2.3. Julgamentos (excetuando os que envolvem estimativas) que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

No preparo das demonstrações financeiras, com exceção dos julgamentos de valor que envolvem estimativas (melhor informação disponível à data de preparação), não foram efetuados pelo órgão de gestão julgamentos de valor no processo de aplicação das políticas contabilísticas com impacto significativo nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras.

8.2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas tendo em atenção o pressuposto da continuidade da atividade da Agência, não existindo, nesta data, risco significativo que possa provocar ajustamento material às quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte.

Contudo, podem ocorrer alterações de factos e circunstâncias que poderão conduzir a revisões das estimativas, com impacto nos resultados reais futuros.

8.3. Nota 3 – Ativos intangíveis

Com a transição para o SNC-AP, passou a ser aplicado desde 01.01.2020, o Classificador Complementar 2 (CC2), do Plano de Contas Multidimensional, publicado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, sendo o método de amortização utilizado o das quotas constantes.

Nas Fichas de Cadastro constam entre outras informações, a vida útil ou taxa de amortização, assim como a quantia escriturada líquida.

8.3.1. Ativos Intangíveis

a) Variações das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

No exercício de 2021, o movimento dos ativos intangíveis em termos de variações de amortizações e perdas por imparidades detalham-se da seguinte forma:

TABELA 3 - AI - VARIAÇÕES DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Ativos intangíveis	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Amortizações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Goodwill								
Projetos de desenvolvimento	147.891,00	147.891,00	0,00	0,00	147.891,00	147.891,00	0,00	0,00
Programas de computador e sistemas de informação	570.351,59	473.712,00	0,00	96.639,59	611.925,59	503.165,42	0,00	108.760,17
Propriedade industrial e intelectual								
Outros								
Ativos intangíveis em curso								
Total	718.242,59	621.603,00	0,00	96.639,59	759.816,59	651.056,42	0,00	108.760,17

Na transição para o SNC-AP, houve a reclassificação de bens, que devido à sua natureza, transitaram da rubrica de ativos fixos tangíveis para ativos intangíveis (software e licenças). A quantia bruta escriturada a 31 de dezembro de 2021, de programas de computador e sistemas de informação, perfazia o montante de 108 760,17€.

b) Variações quantia escriturada

Durante o exercício de 2021, ocorreram as seguintes variações, quer por adição quer por diminuição:

TABELA 4 - AI - VARIAÇÕES QUANTIA ESCRITURADA

(€)

Ativos intangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final	
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diferenças cambiais	Diminuições		
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)		(9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Goodwill											
Projetos de desenvolvimento											
Programas de computador e sistemas de informação	96.639,57	41.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.453,42	0,00	0,00	108.760,15	
Propriedade industrial e intelectual											
Outros											
Ativos intangíveis em curso											
Total	96.639,57	41.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-29.453,42	0,00	0,00	108.760,15	

c) Adições

A tabela 8 reflete as adições efetuadas no corrente exercício:

TABELA 5 - ADIÇÕES ATIVOS INTANGÍVEIS

(€)

Ativos intangíveis	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5)+(6)+(7)+(8)+(9)
Ativos intangíveis de domínio público, património histórico, artístico e cultural										
Goodwill										
Projetos de desenvolvimento										
Programas de computador e sistemas de informação	0,00	41.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.574,00
Propriedade industrial e intelectual										
Outros										
Ativos intangíveis em curso										
Total	0,00	41.574,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.574,00

d) Diminuições

Durante o exercício de 2021 não foram registadas diminuições.

3.3.5. Outras divulgações

Na presente data, o inventário contabiliza o total de 103 bens, classificados como AI, sendo que alguns itens se encontram sem valor, por estarem totalmente amortizados, mas que, apesar disso ainda se mantêm em uso.

CC2	N.º Itens	N.º Itens sem valor	N.º Itens com valor
43	96	95	1
43719	1		1
443	6		6
Total	103	95	8

8.5. Nota 5 – Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis estão registados pelo seu custo de aquisição, líquido das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Com a transição para o SNC-AP, passou a ser aplicado

desde 01.01.2020, o Classificador Complementar 2 (CC2), do Plano de Contas Multidimensional publicado em Anexo ao Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, sendo o método de amortização utilizado o das quotas constantes.

8.5.1. Ativos fixos tangíveis

a) Variações das amortizações e perdas por imparidade acumuladas

No exercício de 2021, o movimento dos ativos intangíveis em termos de variações de amortizações e perdas por imparidades detalha-se da seguinte forma:

TABELA 6 - AFT - VARIAÇÕES DAS AMORTIZAÇÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Ativos fixos tangíveis	Início do período				Final do período			
	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada	Quantia bruta	Depreciações Acumuladas	Perdas por Imparidade Acumuladas	Quantia escriturada
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)-(2)-(3)	(5)	(6)	(7)	(8)=(5)-(6)-(7)
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais								
Edifícios e outras construções								
Equipamento básico								
Equipamento de transporte	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	1.510.853,31	1.223.967,41	0,00	286.885,90	1.569.062,45	1.338.207,20	0,00	230.855,25
Equipamentos biológicos								
Outros	55.375,83	49.485,34	0,00	5.890,49	56.283,57	50.516,47	0,00	5.767,10
Ativos fixos tangíveis em curso								
Total	1.566.229,13	1.273.452,75	0,00	292.776,39	1.625.346,01	1.388.723,67	0,00	236.622,35

b) Variações quantia escriturada

Durante o exercício de 2021, ocorreram as seguintes variações:

TABELA 7 - AFT - VARIAÇÕES QUANTIA ESCRITURADA

Ativos fixos tangíveis	Quantia escriturada inicial	Variações								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de Perdas por Imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diferenças cambiais	Diminuições	
		(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais										
Edifícios e outras construções										
Equipamento básico										
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	286.885,90	58.209,14	0,00	0,00	0,00	0,00	-114.239,79	0,00	0,00	230.855,25
Equipamentos biológicos										
Outros	5.890,49	907,74	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.031,13	0,00	0,00	5.767,10
Ativos fixos tangíveis em curso										
Total	292.776,39	59.116,88	0,00	0,00	0,00	0,00	-115.270,92	0,00	0,00	236.622,35

c) Adições

Durante o exercício, ocorreram as seguintes adições (sem dedução de depreciações e imparidades), num valor de 59 116,88€ (58 209,14€ em equipamento administrativo e 907,74€ em outros):

TABELA 8 - ADIÇÕES ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Ativos fixos tangíveis	Adições										Total (11)=(1)+(2)+(3)+(4)+(5) +(6)+(7)+(8)+(9)+(10)	
	Internas	Compra	Cessão	Transferência ou troca	Expropriação	Doação, herança, legado ou perdido a favor do Estado	Dação em pagamento	Locação financeira	Fusão, cisão, reestruturação	Outras		
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)		
Outros ativos fixos tangíveis												
Terrenos e recursos naturais												
Edifícios e outras construções												
Equipamento básico												
Equipamento de transporte	0,00	58.209,14	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58.209,14	
Equipamento administrativo												
Equipamentos biológicos												
Outros	0,00	907,74	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	907,74	
Ativos fixos tangíveis em curso												
Total	0,00	59.116,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59.116,88	

d) Diminuições

Durante o exercício de 2021 não foram registradas diminuições.

8.5.6. Outras divulgações

Na presente data, o inventário contabiliza o total de 3936 bens, classificados como AFT, existindo alguns itens sem valor, por estarem totalmente depreciados, mas que, apesar disso ainda se mantêm em uso.

CC2	N.º Itens	N.º Itens sem valor	N.º Itens com valor
43	2839	2639	200
4331	223	0	223
43321	2	0	2
43374	140	0	140
4339	4	0	4
43511	554	0	554
43512	1	0	1
43521	10	0	10
4353	15	0	15
43724	65	0	65
443	83	83	0
Total	3936	2722	1214

8.6. Nota 6 – Locações

A agência não possui locações financeiras.

Em 2021, a ANQEP, I.P. detinha, como locatário, os seguintes bens em termos de locação operacional (tabela 12):

- Purificadores de água – contrato com duração de 36 meses, que terminou em 2021;
- Equipamentos de cópia e impressão – contrato referente ao período 2019-2022;
- Viaturas de serviço - contrato em regime de locação operacional, modalidade *rent-a-car*.

TABELA 9 – LOCAÇÕES OPERACIONAIS DA ANQEP, I.P.

Bens locados	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
		Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Superior a 5 anos	Total	
		Pagamentos mínimos	Rendas contingentes	Pagamentos mínimos	Rendas contingentes					
Viaturas de serviço	15.837,54	15.837,54	0,00	15.837,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços de cópia e impressão	45.510,00	11.654,95	0,00	17.527,50	1.112,66	18.966,94	7.902,90	0,00	26.869,84	26.869,84
Purificadores de água	3.797,26	1.180,80	0,00	2.361,60	213,53	1.222,13	0,00	0,00	1.222,13	1.222,13
Total	65.144,80	28.673,29	0,00	35.726,64	1.326,19	20.189,07	7.902,90	0,00	28.091,97	28.091,97

Nos contratos de locação operacional dos purificadores de água e equipamentos de cópias e impressão, as rendas contingentes incluem as despesas com aquisição de copos e cópias excedentes, respetivamente.

8.14. Nota 14 – Rendimento de Transações Sem Contraprestação

A tabela 13 apresenta os rendimentos de transações sem contraprestação registados no exercício de 2021, constando como rendimento do período reconhecido apenas os montantes que foram efetivamente aplicados em despesa.

TABELA 10 – RENDIMENTO DE TRANSAÇÕES SEM CONTRAPRESTAÇÃO

Rubricas	Rendimento do período reconhecido		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património líquido	Início do período	Final do período	
Impostos diretos					
Impostos indiretos					
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde					
Taxas					
Multas e outras penalidades					
Transferências sem condição					
Transferências do OE	2 965 730,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências outras	1 647 920,99	100 690,88	0,00	0,00	1 907 867,79
Transferências com condição					
Subsídios sem condição					
Subsídios com condição					
Legados, ofertas e doações					
Outros					
Total	4 613 651,12	100 690,88	0,00	0,00	1 907 867,79

As transferências correntes reconhecidas como resultados, englobam as transferências do Orçamento de Estado (2 965 730,13€), da Segurança Social (1 748 611,87€).

As transferências de capital (Segurança Social – 100 690,88€) são reconhecidas como Património Líquido, na conta 5931 - Transferências e subsídios para aquisição de ativos depreciáveis.

O montante de 2 240 484,61€, registado como adiantamentos recebidos, respeita às verbas recebidas e não executadas em 2021, no âmbito dos projetos cofinanciados por Fundos Europeus.

Os montantes recebidos do Orçamento de Estado e da Segurança Social, não gastos, não são reconhecidos como rendimento do período, mas sim como saldos a devolver em 2022, numa conta 206 «Credores por devoluções de transferências e subsídios».

8.15. Nota 15 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes

As provisões devem ser reconhecidas quando se verificam cumulativamente as seguintes situações:

- i) exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii) seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefício económicos será necessário para liquidar a obrigação;
- iii) possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Durante o exercício de 2021, existiu o acréscimo de 30.000,01 € no montante das provisões e uma reversão no valor de 79 900,00€ constituídas, como consta na tabela seguinte:

TABELA 11 – PROVISÕES DA ANQEP, I.P.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras diminuições	Total diminuições	
		(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	103 780,90	30 000,01	0,00	0,00	30 000,01	0,00	79 900,00	0,00	79 900,00	53 880,91
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Matérias ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	103 780,90	30 000,01	0,00	0,00	30 000,01	0,00	79 900,00	0,00	79 900,00	53 880,91

A quantia escriturada final (53 880,91 €) respeita aos processos judiciais em curso, constituída com base na informação disponibilizada pelos advogados da ANQEP, I.P, a saber:

- a) Processo n.º 2969/12.3BEPRT: Fundação de Juventude – constituída no exercício de 2014, no montante de 23 880,90€, tendo sido proferida a sentença a 26.04.2017. O Acórdão do Tribunal Central Administrativo Norte, de 13.11.2020, decidiu revogar o despacho saneador recorrido e determinar a baixa dos autos ao Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. O Tribunal convidou a autora a aperfeiçoar a petição inicial, baixando assim o processo nos autos, regressando a uma fase inicial. Aguarda-se despacho saneador para anular a provisão;
- b) Processo n.º 514/19.9BELSB: Spormex – constituída no exercício de 2019, no valor de 79 900,00€. Aguarda que a sentença seja proferida. O processo não está a seguir uma tramitação urgente e o tribunal acabou de se declarar incompetente, tendo enviado os autos para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. Este processo foi revertido de acordo com o parecer da advogada por não ser previsíveis os custos.
- c) Processo 3151/12.5 BELSB: Sindicato dos Professores da Grande Lisboa – constituída no exercício de 2021, no valor de 30 000,01€ respeitante a uma alegada condenação ao reconhecimento ao direito ao pagamento dos subsídios de férias e de Natal vencidos após a publicação do duto acórdão do Tribunal Constitucional nº 353/212

A ANQEP, I.P. não tem ativos contingentes.

Relativamente aos passivos contingentes, deve existir o seu reconhecimento nos seguintes casos:

- a) uma obrigação possível, proveniente de acontecimentos passados, e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos estando assim, não totalmente sob o controlo da entidade.
- b) uma obrigação presente, que decorra de acontecimentos passados, mas que não é reconhecida porque:

- i. não é provável que um exfluxo de recursos seja exigido para liquidar a obrigação; ou
- ii. a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Como a concretização dos contratos de arrendamento e das despesas de água e luz está dependente de autorização do Ministério das Finanças devem ser considerados os seguintes valores a título de passivos contingentes:

Passivo Contingente	31/12/2021
Rendas e alugueres	333 252,10
Eletricidade	27 278,85
Água	2 934,55
Total	363 465,50

8.17. Nota 17 – Acontecimentos Após a Data de Relato

Os acontecimentos após a data de relato são eventos com impacto significativo que ocorrem entre a data de relato e a data em que as demonstrações financeiras são autorizadas para emissão, pelo órgão de gestão, quer sejam favoráveis, quer sejam desfavoráveis.

8.17.1 Emissão das Demonstrações Financeiras

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, em 11.04.2022, pelo Conselho Diretivo.

8.17.2 Atualização da divulgação acerca de condições à data de relato

Após 31 de dezembro de 2021, e até à data de elaboração do presente anexo, não são conhecidos nenhuns eventos com impacto nas demonstrações financeiras, nem se registaram factos relevantes que implicassem ajustamentos nas contas.

8.17.3 Acontecimentos após a data de relato que não deram lugar a ajustamentos

O surto pandémico derivado da COVID-19, teve impactos no desenvolvimento da atividade normal da Agência tal como referido na nota 2, designadamente ao nível da organização do trabalho e à não realização física de eventos onde era presença habitual.

Por força da evolução da pandemia em 2021, a ANQEP, I.P. promoveu o regime de teletrabalho, tendo reduzido o trabalho presencial prestado no local de trabalho, ao estritamente necessário.

A ANQEP, I.P. irá continuar a acompanhar a evolução da situação relacionada com a COVID-19, e sempre que necessário, o trabalho será prestado em regime de teletrabalho.

Importa referir que a guerra da Ucrânia não terá impactos diretos na ANQEP, mas deverá ter impactos indiretos, na medida que esta irá influenciar custos com a aquisição de bens e serviços necessários para o normal funcionamento.

A implementação do Plano de Recuperação e Resiliência, terá um grande impacto na ANQEP, nomeadamente, no aumento do volume de trabalho (originando necessidades de contratação de

peçoal), no incremento de processos de contratação pública e no sistema de controlo interno e de gestão das verbas atribuídas.

8.18. Nota 18 – Instrumentos Financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados na categoria de Devedores por transferências e subsídios, Clientes contribuinte e utentes, Outras contas a receber e Caixa e equivalentes de caixa, entre outras.

TABELA 12 – ATIVOS FINANCEIROS

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Compras	Ganhos de justo valor	Reversões de perdas por imparidade	Outros	Alienações	Perdas de justo valor	Perdas por imparidade	Outras	
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado										
Participações financeiras – custo										
Outros ativos financeiros										
Investimentos noutras entidades										
Devedores por transferências e subsídios	402,01	0,00	0,00	0,00	1 758 184,00	0,00	0,00	0,00	1 758 184,00	402,01
Clientes contribuintes e utentes	0,00	0,00	0,00	0,00	1 523 558,39	0,00	0,00	0,00	1 523 558,39	0,00
Estado	42,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42,79	0,00
Outras contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos financeiros										
Caixa e equivalentes de caixa	4 052 385,65			0,00	9 131 449,04	0,00	0,00	0,00	8 174 656,00	5 009 178,69
Total	4 052 830,45	0,00	0,00	0,00	12 413 191,43	0,00	0,00	0,00	11 456 441,18	5 009 580,70

b) Passivos financeiros

TABELA 13 – PASSIVOS FINANCEIROS

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos			Diminuições			Quantia escriturada final
		Aquisições	Ganhos de justo valor	Outros	Liquidações	Perdas de justo valor	Outras	
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado								
Outros passivos financeiros								
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	2 108 984,12	0,00	0,00	3 098 923,47	0,00	0,00	2 108 984,12	3 098 923,47
Fornecedores	48,44	2 685 540,39	0,00	0,00	2 668 636,28	0,00	0,00	16 952,55
Adiantamentos clientes, utentes								0,00
Estado	33 645,60	0,00	0,00	2 009 122,93	0,00	0,00	2 013 057,09	29 711,44
Fornecedores de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras contas a pagar	509 690,87	0,00	0,00	2 914 220,78	0,00	0,00	2 932 633,88	491 277,77
Outros passivos financeiros								
Total	2 652 369,03	2 685 540,39	0,00	8 022 267,18	2 668 636,28	0,00	7 054 675,09	3 636 865,23

O montante registado na rubrica Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis (2 766 306,65€), respeita aos saldos de gerência a devolver aos cofres do Estado (183 425,40 €) e da Segurança Social (2 582 88,25€) e saldos finais de Fundos Europeus (332 616,82 €).

A rubrica de Fornecedores apresentou uma variação de 16.903,70 €.

O valor contabilizado em 2021 na rubrica Estado (29 711,44€), respeita às retenções efetuadas no âmbito do processamento de vencimentos do mês de dezembro, as quais apenas serão entregues em 2022.

Para o montante de 491 277,77 €, registado na rubrica, Outras contas a pagar, contribuem os seguintes acréscimos de gastos:

- a) remunerações a liquidar por conta de férias e subsídio de férias, calculado com base no vencimento de dezembro 2021, no valor de 482 075,82 €;
- b) serviços prestados em dezembro de 2021, cujas faturas apenas foram rececionadas em 2022, no valor de 8.333,33€;
- c) saldos iniciais de 2020 que transitaram para 2021, no valor de 868,62 € - Já atualizado

8.19. Nota 19 – Benefícios dos Empregados

Os benefícios dos empregados correspondem a todas as formas de retribuição dadas pela ANQEP, I.P., em troca dos serviços prestados pelos empregados.

Nos benefícios a curto prazo está incluído o salário, as contribuições para a segurança social, ausências permitidas de curto prazo remuneradas, benefícios não monetários, entre outros. São reconhecidos quando o serviço é prestado, como gasto e passivo, pela quantia não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

Os benefícios dos empregados constam na tabela seguinte:

TABELA 14 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Gastos com Pessoal reconhecido na demonstração de resultados	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Remunerações dos órgãos sociais e de gestão	172 941,90	196 141,54	-23 199,64	-12%
Remunerações do Pessoal	2 815 869,70	2 612 757,89	203 111,81	8%
Indemnizações	9 485,11	4 893,29	4 591,82	94%
Encargos sobre remunerações	696 113,81	657 164,89	38 948,92	6%
Outros gastos com o pessoal	15 561,86	9 518,09	6 043,77	63%
Outros encargos sociais	18 570,08	44 019,79	-25 449,71	-58%
Total	3 728 542,46	3 524 495,49	204 046,97	5,79%

A rubrica de Gastos com Pessoal apresentou um crescimento de cerca de 5,79%, originado pelo aumento do número de trabalhadores, bem como pelas valorizações remuneratórias e progressões na carreira Docente.

8.20. Nota 20 – Divulgações de Partes Relacionadas

820.6 – Pessoas chave da gestão

Em 31 de dezembro de 2021, as pessoas chave da gestão da Agência eram constituídas por:

TABELA 15 - PESSOAS CHAVE DA GESTÃO

Cargo	Número de Pessoas	Remuneração	Outras remunerações e compensações
Presidente do CD	1	52 433,64 €	10 552,28 €
Vogal do CD	2	78 599,54 €	12 958,29 €
Fiscal Único	-	11 608,79 €	0,00 €

Uma das vogais do Conselho Diretivo cessou funções a 01/08/2021, sendo que a partir dessa data, este órgão passou a ser constituído apenas por uma Presidente e uma Vogal.

Outras partes interessadas

A ANQEP, I.P. é membro associada do IPPS – IUL Instituto para as Políticas Públicas e Sociais, associação sem fins lucrativos, subsistindo, contudo, uma questão por dirimir respeitante ao pagamento da subscrição inicial.

8.23. Nota 23 - Outras Divulgações

8.23.1 – Ativo corrente

a) Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis

A 31 de dezembro de 2021, a rubrica de Devedores por transferências e subsídios era constituída por:

TABELA 16 - DEVEDORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

(€)	
Devedores por transferências e subsídios	31/12/2021
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	402,01
Total	402,01

b) Diferimentos

No exercício de 2021, a rubrica de Diferimentos apresentava a seguinte composição:

TABELA 17 – DIFERIMENTOS ATIVOS

Diferimentos - Ativos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Economato	26 247,07	15 545,66	10 701,41	69%
Subvenção Ar.Co		16 666,67	-16 666,67	-100%
Outros gastos diferidos Licenças de Software	60 926,43	47 849,94	13 076,49	27%
Total	87 173,50	80 062,27	7 111,23	9%

O valor registado nesta rubrica respeita às aquisições de material de economato, que serão contabilizadas como gastos do exercício à medida que forem consumidas, e à renovação de licenciamentos de software (Microsoft e outras soluções informáticas) fundamentais para reforçar a capacidade e a manutenção da prestação de trabalho em regime de teletrabalho, com vista a assegurar as questões de saúde dos trabalhadores em função da pandemia Covid, bem como, salvaguardar as questões de segurança informática do organismo.

O acréscimo de valor de economato deriva da aquisição de material informático e produtos de limpeza no final do exercício e cujo consumo só irá ocorrer em 2022.

O incremento em termos de licenças resulta fundamentalmente da licença da Microsoft cujo contrato só foi concluído em Setembro existindo um diferimento de 10 meses referente a 2022.

8.23.2 – Passivo corrente

a) Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis

Para o montante de 3 098 923,47 €, registado na rubrica Credores por transferências e subsídios, contribuem a devolução de saldos de gerência de receitas de impostos e receitas próprias, a devolver em 2022 ao Estado (183 425,40 €) e à Segurança Social (2 582 881,25 €), bem como, saldos provenientes de projetos que serão concluídos em 2022 e cujo montante deverá ser devolvido.

TABELA 18 - CREDITORES POR TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS

Credores por devolução de transferências	(€)		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Valor	%
<i>Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social</i>	2 582 881,25	2 102 932,13	479 949,12	23%
<i>Instituto de Gestão Financeira e Segurança Social - PROJETOS</i>	108 554,27	0,00	108 554,27	
<i>IGCP</i>	183 425,40	6 051,99	177 373,41	2931%
<i>ORSIFOR</i>	649,45	0,00	649,45	
<i>EACE</i>	120 293,01	0,00	120 293,01	
<i>ADC</i>	103 120,09	0,00	103 120,09	
Total	3 098 923,47	2 108 984,12	989 939,35	47%

b) Estado e Outros Entes Públicos

O montante registado como dívidas a pagar ao Estado, no montante de 29 711,44 € diz respeito às retenções efetuadas no processamento de vencimentos de dezembro, entregues em janeiro de 2022.

TABELA 19 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Estado e Outros Entes Públicos	(€)		Variação	
	31/12/2021	31/12/2020	Valor	%
Retenção de impostos sobre rendimentos	-42,79	0,00	-42,79	
<i>De trabalho independente</i>	-42,79	0,00	-42,79	
Contribuições p/ sistemas de prot. social e subsistemas de saúde	29 754,23	33 645,60	-3 891,37	-12%
Sistemas de proteção social	27 844,77	31 736,14	-3 891,37	-12%
<i>Parte do trabalhador</i>	7 808,67	9 101,90	-1 293,23	-14%
<i>Parte patronal</i>	20 036,10	22 634,24	-2 598,14	-11%
Subsistemas de saúde	1 909,46	1 909,46	0,00	0%
<i>Parte do trabalhador</i>	1 909,46	1 909,46	0,00	0%
Total	31 620,90	35 555,06	-3 934,16	-11%

c) Outras contas a pagar

As contas a pagar aludem à periodização económica, designadamente os subsídios de férias e férias 2022, no montante de 482 075,82€, a devolução de saldos ao IGFSS e IGCP, assim como a especialização de gastos do exercício.

TABELA 20 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Outras contas a pagar	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Credores por acréscimos de gastos	490 409,15	508 822,25	-18 413,10	-4%
<i>Remunerações a liquidar</i>	482 075,82	493 740,70	-11 664,88	-2%
<i>Outros acréscimos e gastos</i>	8 333,33	15 081,55	-6 748,22	-45%
Outros	868,62	868,62	0,00	0%
ADSE - Instituto Proteção e Assistência na Doença, I.P.	868,62	868,62	0,00	0%
Total	491 277,77	509 690,87	-18 413,10	-4%

d) Diferimentos

Por sua vez, a rubrica de Diferimentos – passivos concerne aos montantes recebidos no âmbito dos projetos cofinanciados, que ainda não foram aplicados em despesa:

TABELA 21 – DIFERIMENTOS PASSIVOS

Diferimentos - Passivos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Rendimentos a reconhecer - projetos	1 907 867,79	1 941 541,73	-33 673,94	-2%
Rendimentos a reconhecer - outros				
Total	1 907 867,79	1 941 541,73	-33 673,94	-2%

8.23.3 – Rendimentos**a) Transferências e subsídios correntes obtidos**

As transferências obtidas com as verbas transferidas em 2021, pelas entidades referidas na tabela seguinte, apenas são reconhecidas como rendimentos do período, quando utilizadas pela ANQEP, I.P. em despesa corrente:

TABELA 22 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS

Transferências e subsídios correntes obtidos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Orçamento de Estado	2 965 730,13	3 000 674,65	-34 944,52	-1%
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social	1 748 611,87	2 045 788,12	-297 176,25	-15%
Financiamentos da UE	543 103,95	576 571,79	-33 467,84	-6%
Total	5 257 445,95	5 623 034,56	-365 588,61	-7%

b) Outros rendimentos e ganhos

Engloba o valor das reposições não abatidas ao pagamento reconhecidas como proveito.

TABELA 23 - OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Outros rendimentos e ganhos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Correções relativas a períodos anteriores - outros	5 433,32	52 221,16	-46 787,84	-90%
Imputação de subsídios e transferências para investimentos	144 724,34	105 939,38	38 784,96	37%
Total	150 157,66	158 160,54	-8 002,88	-5%

8.23.4 - Gastos**a) Transferências e subsídios concedidos**

As transferências e subsídios concedidos pela ANQEP, I.P. são as que constam na tabela 27. Engloba os gastos com a atribuição de subvenções à AMEC, ArCo e OCDE, bem como a devolução de saldos de projetos já concluídos.

TABELA 24 - TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS

Transferências e subsídios concedidos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública - IGCP, E.P.E.	0,00	23 894,40 €	-23 894,40	-100%
AMEC - Associação Musica, Educação e Cultura - O Sentido dos Sons	490 050,00	490 050,00	0,00	0%
ArCo - Centro de Arte e Comunicação Visual	23 758,86	16 666,67	7 092,19	43%
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I.P.	0,00	54 527,00	-54 527,00	-100%
Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico	107 715,00	99 357,00	8 358,00	8%
Total	621 523,86	684 495,07	-62 971,21	-9%

Em 2021, a AMEC cumpriu, de forma global, as obrigações constantes da Cláusula Terceira do Acordo de Fundadores em vigor, nomeadamente no que respeita à previsão da realização de concertos e de ações de promoção cultural, assim como à indicação do nome do Ministério da Educação enquanto Fundador em documentos e atividades desenvolvidas. No entanto, a pandemia condicionou as atividades previstas pela AMEC, enquanto entidade promotora de atividades artísticas e culturais.

A AR.CO desenvolveu as atividades previstas no protocolo que enquadra a comparticipação financeira atribuída pela ANQEP, I.P., designadamente:

- Divulgar anualmente a oferta educativa e formativa que se propõe ministrar, nomeadamente junto dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da área da sua influência de modo a permitir que os alunos, preferencialmente os mais carenciados, e professores possam frequentar os cursos, workshops, conferências e visitas de estudo a realizar pelo Ar.Co;
- Assegurar, na medidas das capacidades do Ar.Co e mediante apreciação caso a caso das propostas emergentes, que professores ou alunos, dando-se preferência, dentro destes últimos, aos beneficiários dos Serviços de Ação Social Escolar, habilitados com o 9.º ano de escolaridade e provenientes dos agrupamentos de escolas e escolas não

agrupadas, possam frequentar gratuitamente cursos oferecidos pelo Ar.Co e/ou recorrer a apoio formativo, equipamentos e serviços do Ar.Co no âmbito dos programas escolas que frequentam já nas suas escolas.

A participação à OCDE enquadra-se no âmbito da participação da ANQEP no Programa Internacional para a avaliação das competências dos adultos (Programme for the International Assessment of Adult Competencies – PIAAC)

b) Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos do período totalizam 805 784,86€.

TABELA 25 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Fornecimentos e serviços externos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Projetos e serviços de informática	26 574,89	0,00	26 574,89	
Outros Trabalhos especializados	438 213,50	389 867,82	48 345,68	12%
Publicidade, comunicação e imagem	1 797,11	173 701,82	-171 904,71	-99%
Vigilância e segurança	38 705,25	42 011,88	-3 306,63	-8%
Conservação e reparação	15 937,41	9 057,35	6 880,06	76%
Material de escritório	7 444,85	3 033,79	4 411,06	145%
Outros materiais	1 280,31	814,12	466,19	57%
Eletricidade	454,86	30 511,19	-30 056,33	-99%
Combustíveis e lubrificantes	3 768,75	4 442,44	-673,69	-15%
Água	0,00	42 151,39	-42 151,39	-100%
Deslocações e estadas	2 518,03	13 819,11	-11 301,08	-82%
Transportes de pessoal	13,90	10,35	3,55	34%
Transportes de mercadorias e outros bens ven	4 305,00	123,00	4 182,00	3400%
Rendas e alugueres	62 820,21	386 380,24	-323 560,03	-84%
Comunicação	14 693,71	19 780,65	-5 086,94	-26%
Limpeza, higiene e conforto	67 283,86	65 658,84	1 625,02	2%
Outros serviços	119 973,22	163 323,14	-43 349,92	-27%
Total	805 784,86	1 344 687,13	-538 902,27	-40%

c) Outros gastos

A tabela 29 mostra o detalhe dos valores incluídos na rubrica de Outros gastos, destacando-se a devolução de verbas não executadas (94 516,50€), as reposições não abatidas ao pagamento e guia de restituição (5 495,33€) e a regularização do licenciamento do software da Microsoft, em modelo de subscrição, aquisição de cartões de estacionamento (82,23€) e devolução de verba de projeto não executada EACEA (41 089,00€).

TABELA 26 – OUTROS GASTOS

Outros Gastos	31/12/2021	31/12/2020	Variação	
			Valor	%
Outros gastos	89 021,17	117 621,85	-28 600,68	-24%
Correções relativas a períodos anteriores - outras correções - outras	5 495,33	41 544,65	-36 049,32	-87%
Total	94 516,50	159 166,50	-64 650,00	-41%

8.23.5 – Património líquido

A alteração no Património líquido respeita ao valor dos subsídios que, em resultado da adoção do SNC-AP, passam a ser registados em Outras variações no património líquido, e à variação observada nos Resultados transitados:

TABELA 27 – PATRIMÓNIO LÍQUIDO

(€)

Património Líquido	31/12/2020 (1)	Aumentos (2)	Diminuições (3)	Aplicação do R.L.E. (4)	31/12/2021 (5)=(1)+(2)+(3)+ (4)
Património / Capital	342 543,74	0,00	0,00	0,00	342 543,74
Reservas					
Resultados transitados	-922 887,72			16 072,67	-906 815,05
Ajustamentos em ativos financeiros					
Excedentes de revalorização					
Outras variações no património líquido	389 415,96	100 690,88	-144 724,34		345 382,50
Resultado líquido do período	16 072,67	62 411,58	0	-16 072,67	62 411,58
Total de Património Líquido	-174 855,35	163 102,46	-144 724,34	0,00	-156 477,23

Relativamente à conta de Resultados transitados, foi reconhecido contabilisticamente nesta conta, a transferência do resultado líquido do exercício de 2020, no montante de 16 072,67€.

Verificou-se uma variação no património líquido, no montante de 100 690,98€ que corresponde ao cumprimento das condições de subsídios originados de transferências de fundos da Segurança Social.

8.23.6 – Resultado líquido

Traduz a performance económico-financeira resultante de um processo multifaseado de identificação de todos os gastos e rendimentos imputáveis à ANQEP no período de 2021.

A ANQEP, I.P. fechou o ano com um Resultado líquido positivo no valor de 62 411,58€, resultante da combinação entre a redução residual dos rendimentos provenientes das transferências correntes obtidas (6,5%), das Transferências e subsídios concedidos (10,5%), de outros rendimentos (5,1%), de outros gastos (15,8%) bem como, com a reversão da previsão de gastos com provisões.

Conjugado com o aumento de despesas de gastos com pessoal do exercício (6,3%) e os gastos/reversões de depreciação e amortização (36,6%).

O CONSELHO DIRETIVO

A Presidente,
Dra. Filipa Henriques de Jesus

A Vogal,
Dra. Alexandra Figueiredo